

---

## **Caminhos de um protocolo de análise para o jornalismo socioambiental mediativista<sup>1</sup>**

Amanda FRANCO<sup>2</sup>

Katarini MIGUEL<sup>3</sup>

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

### **RESUMO**

No presente artigo trazemos uma proposta de procedimento metodológico para análise do Jornalismo Ambiental, em consonância com as propostas mediativistas que tensionam os preceitos jornalísticos da objetividade e se engajam no acontecimento. O protocolo em teste é baseado na Análise da Cobertura Jornalística (SILVA, MAIA, 2011), adaptado para ser examinado nos três eixos: marcas de apuração, marcas da composição do produto e caracterização contextual socioambiental. Apresentamos, por fim, um exercício analítico feito com a reportagem “Porto Velho concentra 40% dos focos de queimadas em Rondônia”, publicado pela Amazônia Real em agosto de 2021, de autoria da jornalista indígena Luciene Kaxinawá, que evidenciou a pertinência do protocolo para trazer pistas sobre o jornalismo socioambiental mediativista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo ambiental; Mediativismo; Amazônia Real; protocolo de análise.

### **Para situar o debate do jornalismo ambiental e do mediativismo**

O ano de 2021 foi marcado por acontecimentos emblemáticos relacionados às temáticas socioambientais. Entre eles, destacamos a crise no Ministério do Meio Ambiente, que resultou na renúncia do até então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, após ser acusado de dificultar a fiscalização ambiental e atrapalhar a investigação de esquema criminoso; aumento de conflitos, bem como de invasões e violência de garimpeiros em territórios indígenas; aprovação de projetos de lei que desconfiguram licenciamento ambiental e apoiam a liberação do garimpo e a grilagem de terras; recorde de desmatamento e intensificação das queimadas na Amazônia e Pantanal, com seca histórica e tempestades de areia que revelam a crise climática brasileira; além da ocorrência da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-26).

Vivemos a era das consequências colaterais extremas, que resultam na alteração climática e na destruição intensiva da biodiversidade, intrinsecamente associadas aos

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup>Jornalista e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS; E-mail: [amandafranco1@gmail.com](mailto:amandafranco1@gmail.com)

<sup>3</sup>Docente nos cursos de graduação em Jornalismo e no mestrado em Comunicação da UFMS. E-mail: [katarini.miguel@ufms.br](mailto:katarini.miguel@ufms.br)

direitos humanos, à desigualdade social e aos sistemas econômicos. Cabe ao jornalismo ambiental apurar, investigar e informar a população sobre os efeitos não calculados das intervenções humanas, os quais exercem impactos irreparáveis, estabelecendo os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais interdependentes.

A concepção deste tipo de jornalismo incorpora uma racionalidade ambiental (LEFF, 2009, p. 21) que compreende o ambiente não apenas como um “objeto complexo, mas que está integrado pelas identidades múltiplas”. Não há uma definição consensual e uma maneira única de compreender o jornalismo ambiental. Girardi et al (2012) e Belmonte (2017) entendem que supera a concepção de ser uma cobertura focalizada em assuntos sobre o meio ambiente, visto que a ideia é outra, independente, fundamentada na pluralidade de vozes, em uma visão sistêmica dos fatos, a relação primordial do todo e das partes, que excede a lógica programada.

Os principais pressupostos teóricos dessa especificidade jornalística foram sintetizados por Loose e Girardi (2017, p. 158) a partir da busca de uma ótica diferenciada acerca das pautas ambientais. As autoras destacam que essas são premissas em desenvolvimento, e que, “embora possuam potencial para difundir uma outra perspectiva, não conseguem avançar em grandes veículos de comunicação (com interesses, espaços e rotinas restritos)”: 1) ênfase na contextualização; 2) pluralidade de vozes (ou fontes de informação); 3) assimilação do saber ambiental (e de tantos saberes ambientais); 4) cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor; 5) comprometimento com a qualificação da informação; 6) responsabilidade com a mudança de pensamento; e a 7) a incorporação do princípio da precaução, ou seja, ampliando (e acompanhando) o entendimento das consequências ambientais que vão além do imediatismo do jornalismo.

Belmonte (2017, p. 112) destaca que “um jornalismo ambiental só se configura quando em relação com outras forças sociais”, e é por isso que a cobertura ambiental veiculada pela mídia com problematizações socioambientais comumente é influenciada parcialmente pela presença e atuação dos ativismos ambientais.

Tendo isso em vista, grupos e coletivos envolvidos com a temática valem-se do potencial comunicativo das redes e desempenham estratégias de comunicação que alçam discursos engajados no escopo socioambiental. É nesse contexto que adentra o midiativismo (BRAIGHI, CÂMARA, 2018), conceito que envolve o papel de mediação, informação, em conjunto com a transgressão solidária (JORDAN, 2002), com o objetivo de modificar situações de contexto, a partir da utilização de estratégias e linguagens

---

diversas. Os sujeitos midiativistas colocam em prática ações diretas transgressivas, intencionais e vislumbram as próprias competências de intervenção social sendo potencializadas, através de “um registro midiático que visa necessariamente amplificar conhecimento, espriar informação, marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa” (BRAIGHI e CÂMARA, 2018, p. 36). O midiativismo na esfera ambiental

[...] conta com a midiatização para alcançar um público maior, sendo que a complexidade das questões ambientais passa a ser explicada e reformulada visando ampliar o alcance de públicos. Na atualidade, a midiatização possibilita a busca por um diálogo direto com os cidadãos, o compartilhamento de um conteúdo diferenciado daquele da mídia hegemônica e o chamamento para a participação e a mobilização, ações correlatas à comunicação alternativa (MORAES e FANTE, 2018, p. 353).

Em estudos anteriores<sup>4</sup>, constatamos uma proximidade entre os princípios do jornalismo ambiental e do midiativismo, na medida em que ambos procuram informar de modo envolvido, engajado, a partir da diversidade de vozes, na tentativa de problematizar os fenômenos e temáticas para além dos fatos. Ademais, prezam pela denúncia e investigação por meio de um posicionamento pró-ativo, propositivo e demarcado (MIGUEL, FRANCO, 2020).

Desse modo, neste cenário contemporâneo de crise e desmantelamento das políticas públicas socioambientais nacional reiteradas, nos interessa compreender como essas práticas midiativistas ocorrem no contexto do jornalismo ambiental e de que forma os acontecimentos estão sendo noticiados. No primeiro momento de nossa pesquisa, realizamos um levantamento, a partir do Mapa do Jornalismo Independente da Agência Pública<sup>5</sup>, e identificamos oito iniciativas que trabalham especificamente com a temática socioambiental. Constatamos que essas mídias se aproximam da proposta midiativista de jornalismo ambiental, entre elas, a que possui maior destaque e melhor integra as propostas citadas é a Amazônia Real.

---

<sup>4</sup>Trabalhos apresentados e publicados no GP de Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente do 43º e 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, com os títulos “Jornalismo e ativismo: mapeamento de Iniciativas Midialivristas Socioambientais” e “A boiada de Ricardo Salles na Amazônia Real: processos midiativistas de jornalismo ambiental”.

<sup>5</sup>O mapa tem como objetivo listar iniciativas independentes no Brasil, de forma colaborativa, que produzem conteúdo jornalístico nativo digital e não estão vinculadas aos conglomerados de mídia, empresas e organizações. Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo>.

---

Criada por um coletivo de mulheres em 2013, se define como uma “agência de jornalismo independente e investigativo sem fins lucrativos [...] que dá visibilidade às populações e questões da Amazônia, [...] em especial daquelas que não têm espaço na grande imprensa”. O jornalismo produzido pela agência “opera com conceitos e práticas de justiça social, justiça ambiental e direitos humanos”, e “conta com o trabalho de profissionais com sensibilidade na busca de grandes histórias” (AMAZÔNIA REAL).

Em 2021, as jornalistas e fundadoras da iniciativa, Elaíze Farias e Kátia Brasil, se tornaram “as primeiras mulheres, negra e indígena, respectivamente, a serem homenageadas no 16º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo” (LIMA, 2021), promovido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), pela “determinação na defesa da Amazônia e de seus povos, e pela coragem com a qual encaram o jornalismo no Norte”. No mesmo ano, Kátia Brasil ganhou o Prêmio Comunique-se na categoria Sustentabilidade, “um reconhecimento da trajetória da profissional e também da agência de jornalismo independente e investigativo” (AMAZÔNIA REAL, 2021). A editora-executiva da Amazônia Real concorreu ao prêmio com os jornalistas André Trigueiro e Rosana Jatobá, profissionais renomados no âmbito da sustentabilidade.

O conteúdo desenvolvido pela agência é pautado por vozes da comunidade como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, com enfoque no jornalismo de opinião. Manifesta a perspectiva de gênero, diversificando a pauta do movimento socioambiental e do ativismo de múltiplas causas (CASTELLS, 2013). A complexidade e profundidade das narrativas revelam a transversalidade das pautas desenvolvidas, visto que excedem a questão do meio ambiente natural, abordando as temáticas sociais, econômicas e culturais interdependentes, e pluralizam a cobertura e o próprio fazer jornalístico por meio de intervenções explícitas.

Isso posto, o presente artigo busca analisar o conteúdo jornalístico desenvolvido pela Amazônia Real, a partir de um procedimento metodológico próprio em teste, embasado na Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), proposta por Silva e Maia (2011), que busca identificar as marcas do processo de construção da notícia. Aventamos, então, um Protocolo de Análise para o jornalismo socioambiental midiativista, indicando novos marcadores ao objeto de estudo, em consonância com as características do jornalismo ambiental e do midiativismo e sintetizamos na sequência, seguido de um exercício

---

analítico com umas das reportagens da Amazônia Real que se destacaram ao longo da nossa pesquisa.

### **Para entender a proposta de protocolo de análise**

Silva e Maia (2011), na exposição da proposta da ACJ, partem do pressuposto que grande parte dos fatos publicados pela mídia poderia ser analisado não apenas por meio das narrativas produzidas, mas também no que as autoras denominam de narrativas da própria produção do acontecimento jornalístico, que abrangem técnicas e estratégias do desenvolvimento produtivo da notícia.

Neste sentido, com a finalidade de salientar a relevância de perspectivas menos fragmentárias do jornalismo como objeto de estudo, propõe-se a ênfase na construção do acontecimento jornalístico<sup>6</sup>, no caso socioambiental, a partir do uso de estratégias e técnicas de investigação e estruturação evidentes no conteúdo textual. O protocolo metodológico apresentado por Silva e Maia (2011, p. 21), intitulado análise de cobertura jornalística, é “capaz de mostrar a viabilidade de se investigar no produto publicado elementos do processo de elaboração do acontecimento como notícia”.

Para as autoras, a significação configura a própria circunstância de sentido. Essa conjuntura pode começar a ser analisada, de forma prévia, a partir das deliberações editoriais que inserem suas marcas no desenvolvimento do produto final. A partir do protocolo pretendido pelas autoras, é possível “pensar fora da lógica das etapas, para além dos fragmentos recortados do circuito” (SILVA, 2008, p. 9). Elas sustentam a hipótese de que, no que diz respeito aos textos jornalísticos, o processo nem sempre extingue-se no produto, pelo contrário, o processo revela-se no produto, com maior ou menor dimensão.

O protocolo de análise de cobertura jornalística das autoras é direcionado a textos jornalísticos impressos e informativos, e estruturado em três esferas analíticas, que compreendem as marcas de apuração, da composição do produto e os elementos da caracterização contextual. De acordo com Silva e Maia (2011), cada um dos níveis contempla o objeto de pesquisa a partir de ângulos distintos, sendo que o primeiro constitui-se como mais específico – incide unicamente sobre a matéria jornalística de forma isolada, explorando vestígios dos procedimentos de apuração e estratégias de

---

<sup>6</sup>As autoras recorrem a Quéré (2005, p. 6) para explicitar a dualidade do acontecimento, o qual se daria “tanto a explicação causal do acontecimento e a construção do seu passado e do seu futuro, como o seu poder de esclarecimento e a fonte de inteligibilidade que ele constitui”.

---

cobertura; o segundo refere-se à uma perspectiva um pouco mais ampla do objeto, enfatizando não somente o texto, mas o conjunto do produto, a exemplo da localização na página, fotos utilizadas e diagramação; e o terceiro concerne à um plano geral do produto, com o objetivo de compreender os elementos da dimensão organizacional e da conjuntura sócio-histórico cultural em que a produção está inserida.

As autoras ressaltam que as duas primeiras esferas configuram-se como aspecto principal do protocolo, visto que são essenciais e indispensáveis para o processo de análise a partir do produto, e uma vez que podem ser suficientemente elencados a partir da determinação de categorias. Desse modo, a última esfera constitui-se como complementar, devido à sua finalidade de contextualizar os elementos alcançados nos níveis anteriores.

Neste sentido, por meio dos aspectos da cobertura jornalística percebidos e analisados, pode-se constatar ou deduzir “as relações entre o modo como foi coberto o acontecimento e sua configuração final como acontecimento narrado, construído para ser lido” (SILVA, MAIA, 2011, p. 32). O protocolo apresentado pode ser utilizado e adaptado para verificar de que modo se dá a cobertura de temáticas específicas, como aqui pretendido em assuntos de cobertura ambiental, constatando as marcas das técnicas e estratégias de investigação e composição do produto jornalístico sobre o assunto envolvido, no caso de produções realizadas por mídias não convencionais, que problematizamos como midiativista.

As autoras ainda destacam que quando há enfoque na conjuntura sócio-histórico-cultural, o protocolo viabiliza associar as estratégias de apuração à influência de forças contextuais, a exemplo de matérias desenvolvidas durante grandes eventos, tragédias naturais, as quais dentro do objeto aqui proposto, podemos destacar coberturas que retratam a queimadas e incêndios, como a reportagem analisada neste artigo, recorde de desmatamento, rompimento de barragens hidrelétricas, secas históricas com tempestades de areia, entre outras circunstâncias.

Optamos por adaptar o método aos objetivos e à análise proposta por este artigo, e para tanto, modificamos e sugerimos novos marcadores de análise para o objeto, tendo como horizonte as características do jornalismo ambiental e do midiativismo. Neste sentido, propomos a análise de cobertura jornalística em três níveis. O primeiro nível analítico refere-se às marcas de apuração, divididas em três dimensões propostas pelas autoras e adaptadas aos nossos interesses de pesquisa:

---

1) **Assinatura da matéria** - identificamos os autores do processo da construção da reportagem, como repórter, correspondente, colaborador ou sem assinatura. A assinatura pode ser um forte indicativo do sujeito midiativista (BRAIGHI, CÂMARA, 2018), assim é importante verificar se há uma demarcação do repórter, ou seja, uma assinatura mais personalizada, com informações a respeito do profissional que redigiu a reportagem, e se a função do jornalista é extrapolada para um indivíduo que se coloca como ativista, desenvolvendo outros trabalhos e projetos, considerando o próprio engajamento do profissional, muito pregado também pelo jornalismo ambiental.

2) **Local de apuração/acesso do jornalista ao local do acontecimento** – indicamos o espaço de atuação, interno (redação) ou indefinido, quando não há indícios no texto de que o jornalista se deslocou para o local do acontecimento, ou externo, quando o jornalista realiza a apuração *in loco*, é importante para entender o processo. Aqui também notamos uma marca muito definida do ciberativista, aquele que está presente no local do ocorrido e participa ativamente dos fatos.

3) **Origem da informação** – para levantamento e classificação das fontes de informações consultadas em três critérios principais: a) o modo como a informação foi obtida (direta ou indiretamente), b) a natureza das fontes (personagem, especialista, institucional, poder público, documental ou eletrônica), e c) posição das fontes no contexto dos acontecimentos (no caso de fontes humanas) (SILVA, MAIA, 2011). Observamos aqui a conexão com a pluralidade de fontes e seus tipos – característica prezada tanto pelo midiativismo quanto pelo jornalismo ambiental –, bem como com a assimilação do saber ambiental.

O segundo nível analítico compreende as marcas da composição do produto, no caso, optamos pelos textos informativos, selecionados na editoria de Meio Ambiente e buscamos entender outros elementos externos ao texto. 4) **Recursos multimídias e midiativistas** – para verificar gráficos, tabelas, ilustrações, fotografias, vídeos e táticas do midiativismo, como utilização de *hashtags*, campanhas, manifestos agregados, propostas de viralização, entre outros.

O terceiro e último nível envolve os aspectos do contexto de produção, ou seja, a caracterização contextual interna e externa, nos concentrando nesta última. 5) **Caracterização contextual socioambiental** - nos interessa aqui as particularidades do tema/acontecimento/assunto específico da cobertura e a abordagem da conjuntura sócio-histórica-cultural envolvida (SILVA, MAIA, 2011). Neste item é que conseguimos

---

visualizar mais diretamente as características do jornalismo ambiental, como a ênfase na contextualização, com narrativas profundas e complexificadas, a cobertura sistêmica e próxima a realidade do leitor, a responsabilidade com a mudança de pensamento e a incorporação do princípio de precaução (LOOSE, GIRARDI, 2017). Por esta perspectiva, a última esfera também é tida como aspecto principal do protocolo aqui proposto, e não apenas complementar, como demarcam Silva e Maia (2011).

### **Para um exercício analítico**

Como *corpus* do nosso trabalho mais amplo, desenvolvemos um levantamento quantitativo a partir das reportagens publicadas na Amazônia Real durante os meses de abril a novembro de 2021 na editoria de Meio Ambiente, totalizando 34 reportagens. Para este artigo, selecionamos a reportagem intitulada “Porto Velho concentra 40% dos focos de queimadas em Rondônia”<sup>7</sup>, publicada no dia 26 de agosto de 2021 no portal e reproduzia em outros veículos de mídia, com subtítulo. “De 1º de janeiro a 24 de agosto, Inpe detecta aumento de 47% nos focos de queimadas no Estado na comparação com 2020; fogo cerca terras indígenas. Fumaça se espalha”, que chama a atenção por ser a única com autoria de uma jornalista que faz parte do movimento indígena. O texto aborda desde dados sobre os números de focos de incêndio identificados, à ação de madeireiros e grileiros, conduta dos Governos, impactos ambientais e econômicos, e a relação com a saúde da população da cidade. Aqui já observamos que há uma profundidade no tratamento dos fatos, visto que não aborda somente o acontecimento em si, ou seja, as queimadas ocorridas em Rondônia e na capital Porto Velho, mas também as causas, as consequências ambientais, econômicas e sociais.

### **Marcas de apuração**

A reportagem apresenta a assinatura de Luciene Kaxinawá, com *hiperlink* que direciona à uma guia com uma espécie de biografia da jornalista. Nesta página, consta uma fotografia da autora, com informações de sua trajetória profissional e e-mail para contato. O leitor possui a opção de obter mais informações clicando no item “+ Sobre o Autor”, a partir dos aspectos: localização, línguas faladas, áreas de experiência, experiência em localização e título oficial. Além disso, as reportagens escritas pela jornalista aparecem listadas no decorrer da página.

---

<sup>7</sup>Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/porto-velho-concentra-40-dos-focos-de-queimadas-em-rondonia/>. Acesso em: 20 jun. 2022.



---

As mesmas informações sobre a trajetória profissional da autora aparecem também no final da reportagem, e não apenas no *hiperlink* citado:

É indígena do povo Huni Kuin (povo verdadeiro) da etnia Kaxinawá, que vive na região do norte do Brasil e na fronteira com o Peru. Jornalista desde 2014, iniciou na profissão aos 18 anos como repórter em um canal temático da região Norte. Em sua trajetória, além de repórter, Luciene passou pela produção de conteúdo, edição de imagens e também chegou a ser apresentadora e supervisora de imagem em uma emissora afiliada à Rede Globo em Rondônia. Em 2020 foi correspondente na Amazônia pela CNN Brasil e colaborou com a revista VOGUE Brasil em uma edição especial sobre Amazônia (AMAZÔNIA REAL, 2021).

Destacamos a personalização e demarcação da jornalista para além de sua função profissional, característica notável ao midiativismo. Ao visualizarmos a fotografia da autora e ter conhecimento sobre sua etnia, inferimos que ela, além de indígena, se coloca como ativista que integra o movimento indígena. A descrição dos cargos já exercidos por Kaxinawá e os veículos de mídia convencionais nacionalmente conhecidos (CNN Brasil e Revista Vogue) pelos quais trabalhou a colocam em posição de destaque, e certa autoridade, além de domínio da prática jornalística, evidenciando sua competência. Desse modo, a autora integra a equipe da Amazônia Real como jornalista colaboradora, trazendo à tona o local de fala para o próprio fazer jornalístico, além de ter como área de experiência o foco em povos indígenas, direitos humanos e meio ambiente.

Com relação ao local de apuração, não percebemos no texto indícios de deslocamento da jornalista para as entrevistas com as fontes. Contudo, devido às informações contidas na seção “+ Sobre o Autor”, sabemos que a localização da jornalista se dá justamente em Porto Velho, o que sugere uma cobertura presencial, ao menos em partes. A quantidade de fontes presentes na construção do texto e a sequência narrativa também podem evidenciar o acesso da jornalista.

No que se refere à origem da informação, identificamos 19 fontes ao longo da reportagem. Desse total, quatro se enquadram como fontes do poder público – o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), o Corpo de Bombeiros de Rondônia e a Secretaria de Saúde do Estado; seis como fontes personagens/cidadãos – o cacique da aldeia TI Karipuna, um indígena da mesma aldeia, o líder indígena da aldeia TI Uru-Eu-Wau-Wau, dois cidadãos que frequenta espaços de lazer em Porto Velho, e uma fonte anônima; quatro como fontes institucionais – a Associação Etnoambiental Kanindé, a fundadora da respectiva Associação, o diretor-

---

adjunto do Hospital Infantil Cosme e Damião, e o Aeroporto Internacional Governador Jorge Teixeira; três como fontes especialistas – o coordenador do programa de queimadas do Inpe, uma pesquisadora em Geografia, e o líder do Grupo de Pesquisa Territorialidades e Imaginários da Amazônia; e duas fontes provenientes de matérias de veículos jornalísticos online – a Agência Brasil e o Conselho Indigenista Missionário. Além disso, a jornalista utiliza como fonte, ao longo do texto, três matérias publicadas pela própria Amazônia Real, por meio de *hiperlinks*, para contextualizar os acontecimentos referentes à reportagem.

Notamos que há uma diversidade de fontes que compõem a construção do texto, e que não há o oficialismo tão criticado na cobertura jornalística ambiental descrito por Bueno (2007) por meio da síndrome da *lattelização* das fontes, a qual aponta para a disposição de fontes apenas oficiais, que consistem em produtores de conhecimento especializado e legitimado no meio científico, não possuindo fontes que estão fora dos muros da academia e que vivenciam os acontecimentos. Observamos que os números de cada tipo de fonte se mostram bem equilibrados e que a reportagem se constrói a partir da assimilação de saberes diversos.

As fontes personagens/cidadãs aparecem em maior número, manifestam suas preocupações e relatos diante do problema ambiental logo no início da reportagem, indicando a prioridade dada pela jornalista aos povos originários, negligenciados em coberturas convencionais, não considerados fontes legitimadas e muitas vezes excluídos devido à uma situação social injusta. Isso também pôde ser percebido em sua fala: “Além das instituições de monitoramento como Inpe, Isa e Imazon, são os próprios indígenas as principais fontes de informação sobre os impactos das queimadas em seu território” (KAXINAWÁ, 2021). Neste sentido, a autora também se coloca dentro desse grupo/movimento.

A jornalista ainda destaca a tentativa, sem sucesso, de obter mais informações por meio das assessorias do Ministério da Defesa e do Ministério do Meio Ambiente, no intuito “de saber quais as ações realizadas em Rondônia para combater queimadas e desmatamento”, após o vice-presidente Hamilton Mourão afirmar que “cerca de 100 ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais foram deflagradas no âmbito da operação [Samaúma]” (KAXINAWÁ, 2021).

### **Marcas da composição do produto**

---

Ao todo, a reportagem contém sete fotografias – sendo que três delas são cedidas por indígenas, uma reproduzida por redes sociais, uma do *Greenpeace*, uma de Instagram, e um print da página de monitoramento do Inpe. Apresenta seis *hiperlinks* – três deles redirecionam para matérias já publicadas pela Amazônia Real, como dito anteriormente, nos anos de 2021, 2019 e 2017; dois redirecionam para notícias publicadas pela Agência Brasil e pelo Conselho Indigenista Missionário; e um redireciona para um vídeo publicado no canal do YouTube da Amazônia Real, intitulado “Queimadas matam árvores gigantes e animais silvestres na Amazônia”, publicado em 2020, com imagens que retratam o crime ambiental.

Ao final do texto, há ainda um *hiperlink* que incita a mobilização do leitor para apoiar o jornalismo realizado pelo veículo jornalístico. “Gostou dessa reportagem? Apoie o jornalismo da Amazônia Real aqui”, e encaminha o público para a página de doações financeiras. As opções de compartilhamento seguem logo abaixo da descrição sobre a jornalista, por meio do Facebook, Twitter e Whatsapp, incentivando a propagação do conteúdo. A reportagem foi apenas repostada na página oficial do Twitter da agência. Há ainda o uso de 14 tags que direcionam para outras reportagens na temática em questão, são elas: agronegócio, Covid-19, crimes ambientais, desmatamento, doença, fumaça, grilagem, Hamilton Mourão, invasão, Porto Velho, queimadas, Rondônia, saúde e terras indígenas.

Na caixa de comentários não constam contribuições e há o seguinte aviso: “um espaço democrático e de livre acesso. Se reserva o direito de não aprovar comentários de conteúdo preconceituoso, racista, sexista, homofóbico, com discurso de ódio (...). (AMAZÔNIA REAL, 2022). Além da demarcação do espaço democrático e de livre acesso observamos ainda a tentativa de “marcar presença, empreender resistência e estabelecer estruturas de defesa” (BRAIGHI e CÂMARA, 2018, p. 36), na medida em que manifesta solidariedade aos ativismos de múltiplas bandeiras.

Contudo, inferimos que as opções midiativistas, no sentido de campanhas agregadas, manifestos, petições públicas e propostas de viralização são tímidas e não estimulam de forma direta a mobilização ou envolvimento dos leitores, o que, neste sentido, reproduz o jornalismo convencional na forma. Apesar da falta de recursos mais explícitos no próprio texto da jornalista, é possível identificar um posicionamento mais direto presente no vídeo que está *hiperlinkado* na narrativa, o qual será evidenciado no nível analítico a seguir, podendo ser configurado como uma tática indireta da iniciativa.

---

### **Caracterização contextual socioambiental**

Notamos que a reportagem aborda de maneira aprofundada e pluralizada os contextos que envolvem os focos de queimadas relatados. A narrativa se inicia por meio do registro de dados sobre as queimadas e incêndios, os quais tiveram um aumento de 47% entre 1 de janeiro e 24 de agosto de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, de acordo com o Inpe. Logo em seguida, a autora evidencia que

Uma das maiores preocupações de ambientalistas, pesquisadores, indigenistas e indígenas é o impacto das queimadas e dos incêndios nas Terras Indígenas e nas Unidades de Conservação (UCs), já bastante pressionadas pelo desmatamento, pelo avanço do agronegócio e pela grilagem. Em 2020, o governo de Rondônia também reduziu áreas protegidas para atender interesses do agronegócio” (KAXINAWÁ, 2021).

Observamos que a jornalista dá importância aos anseios e aflições sentidas por ambientalistas, pesquisadoras e indígenas, que vivenciam os fatos ocorridos. Neste sentido, a reportagem traz relatos de líderes indígenas sobre a preocupação e o medo em razão da proximidade das queimadas em seus territórios, associadas aos crimes ambientais, os quais “não só causam impacto no território, reduzindo a floresta e afetando a fauna e o modo de subsistência, como agora, com as queimadas, não deixam os Karipuna respirarem” (KAXINAWÁ, 2021).

Notamos que há a incorporação do princípio de precaução, na tentativa de alertar o público leitor e impedir maiores consequências, visto que “se medidas para reduzir o avanço do desmatamento não forem tomadas, com urgência, os impactos serão graves e afetarão toda a população, não apenas a indígena. As queimadas são um sinal de uma destruição maior que está por vir” (KAXINAWÁ, 2021). Contudo, a citação é feita de forma genérica e não traz propostas para impedir ou minimizar as consequências futuras das intervenções humanas. A reportagem se desdobra a partir das causas associadas às distintas ações e atividades ilegais, sendo que as aldeias constituem alvo constante de invasores de

garimpo, grilagem, madeireiros; até mesmo de autoridades públicas estaduais e políticos. Nem mesmo as operações policiais conseguem acabar com as invasões. A situação chegou a um ponto em que são os próprios Uru Eu que têm protegido seu território, apesar dos riscos.

A jornalista evidencia a ineficácia das operações policiais, que não dão conta de conter o problema das invasões a terras indígenas, destacando ainda os riscos que os próprios indígenas correm ao terem que proteger suas terras devido à falta de ação de

equipes que deveriam ter competência para tal. O texto ainda apresenta uma denúncia, a partir de um relato de uma fonte anônima do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a qual afirma que invasores estão ateando fogo em regiões próximas a territórios indígenas, indicando a conexão entre as queimadas e os pecuaristas. Além de explicar as causas que envolvem atividades ilegais, o texto aborda o estímulo à queimada realizado pelo Governo, na medida em que a fundadora da Associação Etnoambiental Kanindé afirma que “a destruição amazônica tem nome e sobrenome: Jair Bolsonaro” (KAXINAWÁ, 2021). A jornalista enfatiza a opinião da fonte:

O discurso do governo e o enfraquecimento dos órgãos responsáveis pela proteção dos territórios têm contribuído para a grande pressão em terras indígenas, provocando mais desmatamento, grilagem e queimadas. A impunidade também é o vetor que promove todos os desmandos (KAXINAWÁ, 2021).

Kaxinawá (2021) relembra que, em 2020, a Amazônia Real “flagrou vários focos de incêndios florestais e queimadas em áreas próximas de Unidades de Conservação”. No vídeo *hiperlinkado* com 59 segundos de imagens da destruição provocada pelos incêndios, destacamos algumas frases que compõem sua legenda, como: “Em plena pandemia da Covid-19, os criminosos do meio ambiente não dão trégua à floresta”; “Em julho de 2020, o governo de Jair Bolsonaro proibiu as queimadas por 120 dias, mas não pune os responsáveis pelos crimes”; “Até quando a floresta vai queimar?”. Notamos que há uma crítica de forma incisiva pela utilização de adjetivos como “criminosos do meio ambiente”, bem como pela falta de impunidade na medida em que o Governo não cumpre com seu papel de punir os responsáveis, além da indignação presente nas legendas.

A reportagem segue enfatizando como a névoa de fumaça se espalhou pela vegetação de diferentes biomas do país, por meio de dados fornecidos por órgãos de proteção e especialistas. Em seguida, o destaque se volta para os impactos não apenas ambientais – perda da capacidade de trocas de nutrientes, desgaste do solo, perda da fauna e flora, redução do nível hídrico, assoreamento dos rios, desequilíbrio ambiental – como também econômicos e sociais descritos por pesquisadores.

Chamamos atenção para a citação de uma pesquisadora fonte da reportagem, que traz a crítica à visão cartesiana, assim como faz o paradigma ecológico e a racionalidade ambiental. “O discurso arcaico de progresso e desenvolvimento por meio da exploração e extermínio do bioma e dos povos da floresta se intensificam (...) isso não parece

---

comover os agentes depredadores em sua sanha por ganhos de curto prazo, combinando mecanismos legais e ilegais”.

Por fim, a narrativa aborda como a fumaça causada pelas queimadas tem afetado a saúde da população, trazendo dados sobre o número de internações devido à problemas respiratórios, bem como relatos de cidadãos que frequentam espaços de lazer e se viram prejudicados, visto que atividades ao ar livre tiveram que ser suspensas dado à amplitude do problema ambiental retratado.

### **Para trazer breves considerações**

Avaliamos que a proposta do protocolo nos permitiu entender a cobertura jornalística (socioambiental) em detalhes e se mostrou pertinente para levantar as pistas que nos interessam. Em suma, a reportagem apresenta grande parte das características intrínsecas ao jornalismo ambiental, como a ênfase na contextualização – superando a fragmentação e descontinuidade, tecendo uma ampla, profunda, crítica e complexa contextualização; há pluralidade de vozes e assimilação do saber ambiental – com multiplicidade de discursos envolvidos com a temática, compreendendo os valores inerentes a consciência ambiental; o comprometimento com a qualificação da informação – na medida em que abrange o engajamento e a militância com ações críticas, em defesa da sustentabilidade da vida; a responsabilidade com a mudança de pensamento – ao assumir a função de contribuir para a transformação e mobilização; e a incorporação do princípio de precaução – alertando para os riscos e consequências graves no futuro. Ressaltamos que este último princípio pode estar relacionado à autoria da reportagem, visto que a jornalista é indígena e vivencia os efeitos sentidos pelos povos e territórios indígenas, como relatado na narrativa.

Apesar de algumas colocações mais incisivas realizadas pela autora, podemos perceber uma certa formatação do texto no modelo de mídia convencional. Rompe, em grande parte, no conteúdo ao se aprofundar na problemática, mas não na forma de apresentar as informações ou usar recursos para além do texto. Pretendemos ampliar as análises, a partir do nosso corpus da pesquisa de mestrado e, com isso, consolidar o protocolo e trazer achados mais amplos sobre o jornalismo socioambiental midiativista.

### **Referências**

AMAZÔNIA REAL. Site oficial. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2020.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 6, n. 2, p. 110-125, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/viewFile/6656/3817>. Acesso em: 5 mar. 2019.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. O que é Mdiativismo? Uma proposta conceitual. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Mdiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 25-42.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Editora UFPR, n.15, pp.33-44, jan/jun. 2007.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e esperança** – movimentos sociais na era da internet. Editora Zahar: Rio de Janeiro, 2013.

GIRARDI, Ilza et al. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação & Sociedade**, v. 34, n. 1, p. 132-152. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/2972>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

JORDAN, Tim. **Activism!** Direct action, hacktivism and the future of society. London: Reaktion Books, 2002.

KAXINAWÁ, Luciana. Porto Velho concentra 40% dos focos de queimadas em Rondônia. **Amazônia Real**, 26 ago. 2022. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/porto-velho-concentra-40-dos-focos-de-queimadas-em-rondonia/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LIMA, Leanderson. Abraji homenageia Elaíze Farias e Kátia Brasil como grandes defensoras do jornalismo e da Amazônia. **Amazônia Real**, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/abraji-homenageia-elaize-farias-e-katia-brasil-como-grandes-defensoras-do-jornalismo-e-da-amazonia/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação & Realidade**, v. 34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515>. Acesso em: 21 jul. 2021.

LOOSE, Eloisa B.; GIRARDI, Ilza Maria T.; O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. **INTERIN**, v. 22, n. 2, jul./dez. p. 154-172. 2017.

MIGUEL, Katarini; FRANCO, Amanda. Jornalismo e ativismo: mapeamento de Iniciativas Mídiaivistas Socioambientais. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2020), 2020, online. **Anais do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom 2020)**. São Paulo (SP): Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), 2020.

MORAES, Cláudia; FANTE, Eliege. Uma cartografia do mdiativismo ambiental em Porto Alegre. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). **Interfaces do Mdiativismo: do conceito à prática**. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 336-355.

SILVA, Gislene, MAIA, Flávia Dourado. Análise de Cobertura Jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, São Paulo. Edição 10, ano 5, jul-dez, 2011.